Decreto n.º 33:333

Considerando que foram adjudicadas a Manuel Fernandes Pôrto as obras do Liceu Passos Manuel (con-

servação e reparação);

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de duzentos e dez dias, que abrange parte do ano económico de 1943 e o de 1944;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do

decreto-lei n.º 27:563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com Manuel Fernandes Pôrto para a execução das obras do Liceu Passos Manuel (conservação e reparação) pela importância de 917.750\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despender com pagamentos relativos as obras executadas, por virtude de contrato, mais de 300.000\\$ no corrente ano e de 617.750\\$, ou o que se

apurar como saldo, no ano de 1944.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 18 de Dezembro de 1943. — António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite.

Decreto n.º 33:334

Considerando que foram adjudicadas a Joaquim de Sousa Marques as obras de caixilharia e portas exteriores dos pavilhões laterais e galerias de ligação do Sanatório D. Manuel II, no Monte da Virgem, em Vila Nova de Gaia;

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de duzentos e quarenta dias, que abrange parte do ano económico de 1943 e o de 1944;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu pro-

mulgo o seguinte:

Artigo 1.º E autorizada a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com Joaquim de Sousa Marques para a execução das obras de caixilharia e portas exteriores dos pavilhões laterais e galerias de ligação do Sanatório D. Manuel II, no Monte da Virgem, em Vila Nova de Gaia, pela importância de 282.100\$.

Art. 2.º Seja qual fôr o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais despender com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude de contrato, mais de 141.050\$ no corrente ano e de 141.050\$, ou o que se apurar como

saldo, no ano de 1944.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 18 de Dezembro de 1943. — António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite.

8.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 33:335

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, depois de

ouvido o Ministro das Finanças, nos termos do mesmo

artigo ;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituïção, o Govêrno decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do das Obras Públicas e Comunicações, um crédito especial da quantia de 60.000\$, que reforçará a dotação da alínea a) do n.º 1) do artigo 5.º do capítulo 1.º do orçamento do segundo dos referidos Ministérios em vigor para o corrente ano económico pela seguinte forma:

Art. 2.º No referido orçamento é reduzida de igual importância a dotação do n.º 2) do artigo 19.º do capítulo 2.º

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 18 de Dezembro de 1943. — António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Francisco José. Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

Decreto n.º 33:336

Com fundamento nas disposições da alínea c) do artigo 35.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, e do artigo 2.º do decreto n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, depois de ouvido o Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu pro-

mulgo o seguinto:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do das Obras Públicas e Comunicações, um crédito especial da quantia de 4 600\$, que reforçará as seguintes dotações do capítulo 1.º do actual orçamento do segundo dos referidos Ministérios:

Art. 2.º No capítulo 2.º do referido orçamento é reduzida de 4.600\$ a dotação do n.º 2) do artigo 19.º

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 18 de Dezembro de 1943. — António Oscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.